Transversalidade e políticas de narratividade: tensionamentos da cartografia às escrituras na Comunicação

Transversality and narrativity politics: tensionings from cartography to the scriptures in the Communication

Douglas Ostruca
douglas.ostruca@ufrgs.br
https://orcid.org/0000-0001-5848-4931

Doutorando em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Comunicação e Informação pela mesma instituição. Bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Nísia Martins do Rosário
nisiamartins@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3484-8029

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS. Doutora em Comunicação Social (PUCRS) e mestre em Semiótica (UNISINOS). Bolsa pós-doutorado sênior CNPq.

Resumo

A proposta do artigo é, a partir de contribuições do método cartográfico, problematizar o modo mais tradicional da escritura científica na Comunicação. Para isso, abordamos questões articuladas pelo pensamento pós-estruturalista que tematizam os processos de investigação, as afetações do/a pesquisador/a, os modos de enunciação e, sobretudo, como pistas cartográficas, a transversalidade na comunicação e as políticas de narratividade. Trazemos, também, autores do nosso campo que sinalizam lacunas e apontam convenções limitadoras no que se refere à escritura científica tradicional na área.
Palavras-chave: comunicação, transversalidade, políticas da narratividade.

Abstract

Considering some contributions from cartography as a method, this article proposes to problematize the scientific standards of scripture in the Communication field. In this way, we part from the post-structuralist approach concerning the investigation processes, such as the enunciation modes and the researchers' affections in the relations created during the investigation. Furthermore, we take the transversality concept and the clue of the narrativity politics in cartography. Among this discussion, we also include reflections from authors working in the Communication field, which point out the limits implied in the scientific standards of scripture and underline gaps that still need to be studied.
Keywords: communication, transversality, narrativity politics.

Introdução

> *"Caminante, no hay camino se hace camino al andar" (Antônio Machado Ruiz)*

As abordagens acadêmicas sobre o método cartográfico têm crescido na área da Comunicação, principalmente na esteira do pensamento pós-estruturalista e como tensionamento à ciência positivista. Em suas várias vertentes (Cartografia das Diferenças, Cartografia das Controvérsias, Cartografia do Imaginário, Cartografia Benjaminiana e Cartografia Barberiana[1]) esse método tem como princípio comum um modo singular de acompanhar o fenômeno estudado. Inclui, entre outros, a ampliação da sensibilidade do olhar do/a pesquisador/a e a fixação da atenção (também) aos elementos que, muitas vezes, são desprezados pela pesquisa hegemônica. Um modo de configurar essa singularidade é pela desterritorialização do próprio conceito de método – conforme propõem Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2010) – invertendo a etimologia (*metha* + *hodos* = direção + caminho) do termo, sendo os direcionamentos encontrados no próprio caminhar e não dados de antemão por modelos estabelecidos. Em outras palavras, se tomamos a liberdade de trabalhar a cartografia como método, é o próprio sentido de método que é deslocado nessa apropriação.

Deleuze e Guattari (2011) consideram a cartografia como um dos seis[2] princípios do rizoma, sugerindo que, em vez de um decalque, ou seja, uma reprodução de um modelo já dado,

[1] Estilos de cartografia levantados nos estudos de comunicação por Rosário, Coruja e Segabinazi (2021).

[2] Os seis princípios do rizoma são: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura assignificante, cartografia e decalcomania (Deleuze; Guattari, 2011).

DOI: https://doi.org/10.4013/qt.2023.1122.02 – Vol. 11, nº 22, julho-dezembro/2023

o rizoma funciona como um mapa aberto, sistema acentrado que é composto por inúmeras dimensões. Por essa via, em lugar de reduzir os fenômenos enquadrando-os em métodos prontos, a cartografia envolve o traçar de um mapa singular na experiência da investigação, um mapa movediço que acompanha os fenômenos em seu processo de transformação, em suas minoridades, heterogeneidades, multiplicidades, desterritorializações e reterritorializações. Trata-se, portanto, de uma processualidade que se configura no encontro com o problema de pesquisa, com as teorias e com o próprio fenômeno examinado.

Essa perspectiva leva a uma ressignificação do conceito de método e a algumas desterritorializações em relação às suas concepções tradicionais, tais como: o modo de iniciar e conduzir o processo, a maneira de coletar e registrar dados, a postura do investigador, a forma de sistematizar, interpretar e apresentar os dados e, até mesmo, a escolha da narrativa (Rosário, 2016). Paralelamente, exige constante reflexão sobre os procedimentos metodológicos, havendo um conjunto de pistas que podem ser articuladas de múltiplas formas a depender de cada estudo realizado.

Um ponto importante a ser enfatizado é que a incorporação desse método não descarta o exercício da razão e do raciocínio lógico como elementares ao fazer científico, mas, paralelamente, procura aberturas, fendas e dobras, reconhecendo que o conhecimento se constrói simultaneamente por múltiplas vias. Assim sendo, acreditamos que os contextos, o fenômeno em si e as diferentes experiências vivenciadas pelos/as pesquisadores/as, necessariamente, atravessam os modos de perceber, interpretar, se relacionar e narrar o mundo.

Por essa via, Félix Guattari (2013) defende que é fundamental que o/a pesquisador/a seja atravessado/a pelos modos de enunciação dos sujeitos participantes da investigação. Criam-se, assim, condições de possibilidade para a composição de um agenciamento coletivo de enunciação que se reflete na própria escrita do estudo. Nas palavras do filósofo:

> *O estudo de um objeto de desejo implica não perder a singularidade de seu modo de enunciação. Nessas condições, a própria enunciação do estudo não poderia permanecer independente dos modos de enunciação relativos ao seu 'objeto'. Neutra analítica e politicamente, tal como se pretende hoje, a investigação nas Ciências Humanas [e Sociais] somente tem a perder a economia do desejo em suas fontes mais essenciais. Somente o desejo pode ler o desejo (Guattari, 2013, p. 63, tradução nossa).*

Nisso, fica evidente que, na proposta de cartografar os processos de produção do desejo no campo social, o autor destaca que é preciso permitir-se ser afetado/a pelos encontros em campo. É através dessa afetação que se mergulha nas fontes do desejo, tornando-se possível produzir outras formas de enunciação conectadas com as intensidades do fenômeno. Portanto, para que as singularidades sejam expressas é necessário romper com os modelos padronizados de escrita que reproduzem a suposta neutralidade analítica como um de seus efeitos.

Sabe-se que o uso da cartografia ainda é incipiente na Comunicação e, assim sendo, além das reflexões teóricas, as experiências e as práticas com esse método vão produzir valiosas pistas para o seu desenvolvimento na área. Considerando que esse método não tem um caminho predefinido, mas é construído e pensado no processo, é evidente que o andamento da pesquisa vai gerar tensionamentos teóricos-metodológicos que são enfrentados com a postura crítica e reflexiva do/a investigador/a, bem como com sua inventividade produtora de novos percursos, de outros tipos de organização e de sistematização. Assim, as diversas práticas evidenciam diferentes caminhos percorridos e, na partilha, o rigor, a coerência e a criatividade metodológica podem ser avaliadas pelos pares.

Nosso objetivo, neste artigo, não é discorrer sobre a teoria do método cartográfico – porque já feito anteriormente por nós –, mas ir mais adiante, investigando como ele pode contribuir para as escrituras acadêmicas na Comunicação, considerando o recorte vindo da Cartografia das Diferenças com base no pensamento de Deleuze e Guattari. Portanto, entendemos que algumas pistas do método da cartografia podem auxiliar a problematizar a escrita científica na área, tema que já é tratado por outros autores da Comunicação em perspectivas distintas (Silveira, 2022; Barbosa, 2022; Sodré, 2014).

Ao refletir sobre as políticas de narratividade na cartografia, Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2015b) demarcam uma articulação direta entre o conceito de transversalidade e a noção de comunicação, o que nos instiga a desdobrar essa discussão com enfoque em tal conexão. Por esse ângulo, será necessário desdobrar pistas do método da cartografia aplicadas ao processo de escrita num viés que permita produzir diálogos com propostas já em andamento no campo da Comunicação. Nesse ensejo, para além desta introdução, propomos a seguinte organização para este artigo: problematização dos modelos de escrita acadêmica; abordagem da pista da transversalidade e dos subsídios que fornece para pensar o comunicacional; interlocução sobre políticas de narratividade e, para finalizar, o devir da escritura e suas reterritorializações.

No presente estudo assumimos a pesquisa teórica como metodologia, a qual para Jiani Bonin (2010) se constitui através da articulação de uma rede conceitual tendo como base os problemas de pesquisa levantados. Em nosso caso, tomamos a seguinte questão como guia: *como opera a comunicação implicada nas políticas de narratividade orientadas pela transversalidade?* Com isso, nosso objetivo é localizar nas pistas da cartografia caminhos para tensionar os elementos pressupostos nos modelos de escrita estabelecidos no campo da Comunicação. Para tal, mapeamos o conceito de transversalidade no livro *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015) e, posteriormente, localizamos os modos como as noções de comunicação e comunicacional aparecem aí conectadas.

1 Desterritorializações dos modelos de escrita acadêmica

Conforme já sugerido anteriormente, ao propor a problematização do conceito de método, a cartografia tensiona os modos como se constrói o referencial teórico, como se escolhem e se aplicam os procedimentos metodológicos, propondo dar importância ao processo e repensar a postura do/a pesquisador/a. Nessa direção, a problematização dos modelos estabelecidos de escrita acadêmica não pode ser

ignorada, especialmente em relação à formalidade da linguagem científica que limita o círculo de intérpretes, a pressuposta neutralidade "garantida" pelo uso do pronome impessoal, a presumida "isenção" do autor ao não usar advérbios e adjetivos, entre outros.

Para Passos e Barros (2015b), o trabalho de pesquisa se articula a partir de políticas de narratividade diversas, as quais atravessam a fala dos/das participantes da investigação, as teorias, as anotações do/da pesquisador/a, bem como a escrita do relatório do estudo. Aqui, a noção de política diz sobre as micropolíticas implicadas no modo de se colocar em relação ao mundo, as quais atravessam transversalmente distintas esferas, como a da ciência, da arte, da comunicação, da saúde e assim por diante.

A reflexão do autor e da autora encontra linhas de entrelaçamento com o pensamento de Feyerabend (2007), o qual afirma que o trabalho do/a pesquisador/a acontece fundamentalmente sobre a interpretação, estando esta atrelada aos modos de percepção dos fenômenos, aos contextos e às vivências em campo. Ao relatar o que foi investigado, o/a pesquisador/a está necessariamente produzindo uma narrativa (entre muitas possíveis) que busca apreender aspectos do fenômeno estudado, sendo impossível capturar a totalidade das ocorrências. Essa narrativa carrega sempre um ponto de vista, já que está inserida em temporalidades históricas, em ambientes específicos, em singularidades próprias do fenômeno, entre outros. Assim, é preciso considerar que o modo como a ciência hegemônica racionalista se impõe pode contribuir para um tipo de formatação do pensamento e da escrita que impede que o/a pesquisador/a se dê conta de que "ele será inteiramente incapaz de compreender que aquilo que considera 'a voz da razão' não passa de um efeito casual subsequente do treinamento que recebeu" (Feyerabend, 2007, p. 40).

Silveira (2022) considera que esse debate deve ser trazido para o campo da Comunicação, isso porque ignorar a problematização dos processos de escritura na ciência implica a manutenção de um ponto cego na produção de conhecimento. Nesse sentido, quanto à dimensão escritural, ele afirma:

> *Essa dimensão talvez se faça ainda mais sensível quando pensamos numa ciência da Comunicação pujante e contemporânea, resistente aos ditames de racionalidade e expressão mais próprios das ciências duras, do positivismo sociológico e da sociologia empírica. É empobrecedor – para qualquer pesquisador, sobretudo para um cientista da Comunicação, tal como os entendo – conceber um texto como mero instrumento translúcido, veículo neutro e não problematizável de ideias e conteúdos que lhe seriam extrínsecos, anteriores, inalteráveis diante da natureza do canal através do qual se fazem públicos, deixam-se formular (Silveira, 2022, p. 8).*

Desse modo, além de criticar a perspectiva positivista impregnada na Comunicação, o autor chama a atenção para a ausência de problematização da dimensão escritural de um trabalho científico, o que tem entre suas consequências assumir um formato específico como sendo supostamente neutro. Entre as características desse modelo tomado como padrão no meio acadêmico, o pesquisador menciona: a escrita em terceira pessoa, o vocabulário técnico, a posição de autoridade de quem detém a verdade, a busca pelo consenso, o uso de erudição, além da tendência a totalizações e universalizações.

Em contrapartida, Silveira (2022) propõe a composição de uma epistemologia da escrita na Comunicação. Por essa via, ao se deslocar o modelo acadêmico tradicional, surgem um conjunto de indagações sobre a voz narrativa que conduz o texto; sobre a articulação de personagens conceituais e mundos ficcionais para compor o relatório do estudo; e, sobre a problematização radical das noções de testemunho, identidade e referência – o que implica um processo de desidentificação entre autor e escritura. Para o pesquisador, todos esses aspectos envolvem questões comunicacionais.

Já Barbosa (2022), partindo de um rastreio sobre os estudos desenvolvidos no campo da Comunicação, especificamente na América Latina, percebe uma tendência crescente de se privilegiar as metodologias quantitativas como forma de se aproximar de um ideal positivista de cientificidade. A pesquisadora também nota que esses dados, levantados quantitativamente, não costumam ser interpretados e analisados de modo complexo nas investigações, o que leva à produção de pesquisas constatativas que seguem um formato de escrita pressuposto como objetivo.

Entre outros aspectos dessa escrita padrão, Barbosa (2022, p. 220) localiza o "regime de citação assombrada", segundo o qual um conhecimento aprofundado é atestado pela sequência de vários autores nas citações, o que também pode ser lido como um fator quantitativo. Isso porque, de acordo com a pesquisadora, não é comum a produção de diálogos e/ou tensionamentos entre as/os autoras/es citados/as. Além disso, Barbosa também identifica a recorrência da estrutura textual que separa as dimensões teórica e empírica em capítulos distintos, o que, para ela, é efeito de uma fragilidade metodológica dos estudos no campo da Comunicação, já que esses dois planos deveriam atravessar um ao outro ao longo do texto. Em vista disso, Barbosa (2022, p. 220) chama atenção para o que ela entende como uma escrita comunicacional, a qual seria

> *[...] uma escrita que fosse derivada de olhares metodológicos que destacam nexos escriturários englobados por saberes e dizeres criativos, em que a produção de sentidos fosse contaminada por maneiras de dizer que espelhassem um lugar próprio desta fala: o de uma escritura comunicacional.*

Compreendemos que, para Barbosa, a escritura comunicacional não está já dada, mas é construída coletivamente na prática. Portanto, em lugar de se reiterar de forma acrítica um formato padrão, seria mais produtivo às pesquisadoras e aos pesquisadores da Comunicação pensar a escrita dentre os fatores metodológicos da investigação. Desse modo, as decisões sobre a escrita seriam necessariamente atravessadas pelas teorias e pelas experiências empíricas, e esses diferentes planos passariam a ser articulados de forma consistente a partir do direcionamento dado pelo problema de pesquisa.

Para propor essas questões, tanto Fabrício Silveira quanto Marialva Barbosa buscam inspiração em outros autores já trabalhados no campo da Comunicação, como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Roland Barthes, Michel Foucault e Muniz Sodré. Em seu rastreio pelos trabalhos de Theodor Adorno e Walter Benjamin, Silveira (2022) encontra materiais que explicitamente versam sobre os processos e os formatos de

escrita. Por essa via, o pesquisador considera alguns efeitos de experimentos com pseudônimos, heterônimos, *alter egos*, avatares e personagens conceituais, dentre os quais está o deslocamento da própria posição de autor.

Por outro lado, como pistas para o fazer dessas escrituras comunicacionais, Barbosa recorre às argumentações de Muniz Sodré acerca da metodologia abdutiva, a qual, para ele, implica um processo de ficcionalização e invenção de linguagem que atravessaria as próprias ciências dedutivas e indutivas no quesito da escrita do relatório final do estudo. Nesse sentido, Sodré (2014, p. 307-308) compreende que

> *[...] a escrita depende da* ideia criativa, 'ponto de intersecção entre ciência e arte', combinaria rigor e imaginação; observação e sensações; iria do exterior visível para o interior sensível; dos fatos se caminharia em busca das hipóteses para explicá-los/compreendê-los numa atitude presumida do provisório. A escrita seguiria a direção da criatividade ensaística.

Portanto, no lugar de reafirmar uma suposta neutralidade e objetividade a partir de convenções de escrita que ao serem repetidas no tempo foram estabilizadas, junto de Sodré, Barbosa (2022) chama atenção para o caráter criativo da escrita. Por essa via, através das experimentações com outros formatos de escrita, como no caso dos ensaios, é cabível que os estudos no campo da Comunicação ganhem ainda mais consistência metodológica. Propor uma escrita disruptiva em relação aos formatos padronizados implica um movimento de sair da zona de conforto, em decorrência do que se faz necessário inventar e justificar caminhos outros, forçando o pensamento a alçar voos.

Salvo as diferenças de abordagem entre Silveira e Barbosa, em ambos os casos é destacado o caráter performático e processual da escrita. Com isso, questiona-se a manutenção do formato de escrita padronizado no campo, o qual, segundo o autor e a autora, ao reiterar os ideais de neutralidade e objetividade, enquanto formas de atestar suposta cientificidade, permanece acoplado a uma perspectiva positivista. Propondo outros caminhos, Silveira sugere uma "epistemologia da escrita na Comunicação", já Barbosa uma "escritura comunicacional".

Acreditamos que tais perspectivas podem ser articuladas junto às discussões em torno da transversalidade como pista do método cartográfico, a qual dá indicações de procedimentos práticos para experimentar e exercer modos escriturais capazes de tensionar o modelo padrão que atualmente impera no campo da Comunicação. Tais aspectos são tratados na próxima seção.

2 A pista da transversalidade

Conforme já mencionado, propomos desdobrar pistas do método da cartografia relacionadas com os processos de escrita acadêmica, destacando caminhos que consideramos produtivos para o campo da Comunicação. Para tal, apresentamos a seguir um rastreio pelo conceito de transversalidade (Guattari, 1981; Deleuze; Guattari, 2011; Passos; Barros, 2015; Araújo, 2020) sublinhando as formas pelas quais a noção de comunicação aparece aí articulada. A partir disso, colocaremos em debate as políticas de narratividade (Passos; Barros, 2015b) para pensar procedimentos metodológicos que sejam capazes de auxiliar nas experimentações de escrita no campo da Comunicação.

O conceito de transversalidade foi proposto inicialmente por Guattari (1981) no contexto das discussões da análise institucional na França durante a década de 1960. Esse é um dos temas em destaque no livro *Psychanalyse et transversalité: essais d'analyse institutionnelle* – compilado de textos do autor publicado em 1972[3]. Ao propor a noção de transversalidade, o filósofo sugere que as diferentes vozes em determinada instituição ou contexto precisam ser postas em relação compondo um grupo heterogêneo multivocal que seja capaz de romper com as formas de organização homogeneizantes e hierárquicas, nas quais apenas um fala em nome de outros.

Cabe notar que a perspectiva proposta pelo filósofo se distancia das análises intersubjetivas marcadas pela relação dual e hierárquica entre indivíduos em um grupo. Assim, quando Guattari fala nas diferentes posições em um grupo e nas enunciações coletivas associadas a cada uma, há um deslocamento da centralidade da figura do indivíduo. Ou seja, um mesmo indivíduo é atravessado por distintas enunciações e, nas relações estabelecidas em um grupo, a transversalidade diz do que se passa entre as diferenças aí implicadas e do potencial de se gerar transformações nas formas de organização vigentes.

A transversalidade, portanto, busca a ir além das horizontalidades (homogeneidades) e das verticalidades (hierarquias) que organizam os acontecimentos e fenômenos, estabelecendo, dessa maneira, a dimensão do entre e, mais ainda, diluindo fronteiras e passando a lidar com as relações entre diferentes semióticas (significantes e assignificantes). Nas palavras de Guattari (1981, p. 96, grifo nosso):

> *A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma* ***comunicação máxima*** *se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos.*

Nessa via, a transversalidade está diretamente conectada com o modo de comunicação que se efetua em um grupo. Em vez de reforçar as coordenadas verticais de hierarquia e as horizontais de homogeneização, a proposta é garantir a coexistência das diferenças envolvidas num contexto e intensificar as relações comunicantes entre essas distintas posições sem anular a heterogeneidade. Assim, através da efetuação de um maior grau de transversalidade, as estruturas de organização supostamente dadas em um contexto podem ser desestabilizadas, o que permite a produção de reconfigurações e transformações criadoras.

Em relação a isso, Passos e Eirado (2015, p. 115-116) entendem que

> *[...] o plano da transversalidade expressa uma dimensão da realidade que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma [...], mas experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como*

[3] O texto "*A transversalidade*", originalmente publicado em 1964 no n. 1 da *Revue de Psychothérapie Institutionnelle* e posteriormente incluído junto a outros textos no livro *Psychanalyse et transversalité: essais d'analyse institutionnelle* (1972), também foi publicado no livro *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo* (1981).

seu efeito, um mundo que pode ser compartilhado pelos sujeitos.

Os autores problematizam, também, a busca de soluções e de testagem de hipóteses no processo de pesquisa, defendendo que a experiência concreta de comunicações transversais não se dá na ordem do desvelamento, do desocultamento de uma dimensão profunda, toda pronta e recalcada. Em lugar disso, a ideia é chegar ao que Guattari (1981) chama de "*quantum* mais amplo da transversalidade": a liberdade autogestiva. Para isso, é necessário permitir os atravessamentos vindos das transformações que ocorrem no território e no fenômeno. Por outras palavras, a transversalidade aponta para um percurso gerador de diferença, que abre espaço para os tensionamentos que tendem a se apagar nas organizações pautadas pela horizontalidade e pela verticalidade.

Outro aspecto da discussão da transversalidade que atravessa uma questão comunicacional é a crítica ao modelo transmissivo da informação. Para Guattari (1981, p. 100), a transversalidade é contrária aos "modos de transmissão esterilizadores de mensagens", o que sugere um tensionamento sobre os processos de comunicação que visam reduzir os ruídos em prol da manutenção do sistema de coordenadas estabelecido em determinado contexto. O filósofo exemplifica com a alusão a um hospital, onde existem diferentes funções e as decisões tendem a ser tomadas hierarquicamente, ou seja, um pequeno grupo homogêneo se comunica para chegar a um consenso e decide por todos os outros. Nisso, há um baixo grau de transversalidade e, portanto, um baixo potencial comunicacional já que as coordenadas verticais e horizontais são as únicas consideradas. Para aumentar o grau de transversalidade seria necessário que as questões fossem discutidas em grupos heterogêneos, compostos por administradores/ras, médicos/as, enfermeiros/as, pacientes e outras pessoas aí envolvidas, intensificando-se as diferenças de pontos de vista. É assim que relações comunicantes imprevistas entre essas diferenças podem deslocar as formas de organização vigentes, bem como as cadeias reduzidas à transmissão de informação, gerando transformações coletivas.

Em relação a isso, cabe destacar que uma das propostas de Silveira (2022), ao tratar de uma epistemologia escritural na Comunicação, é problematizar a compreensão de que o formato dos textos acadêmicos seja reduzido à função de transmitir informação. Nesse sentido, podemos dizer que o modelo de escrita acadêmica padrão apresenta um baixo grau de transversalidade e, consequentemente, um reduzido potencial comunicacional. Além de sustentar as hierarquias entre pesquisador/a e participantes da pesquisa, pesquisador/a especialista e leitor/a leigo/a, há também uma homogeneização do fenômeno que passa a ser reduzido ao ponto de vista observador do indivíduo que pesquisa.

3 Das desmontagens da escritura

Conforme já indicado, Passos e Barros (2015b) entendem que a pesquisa envolve distintos modos de narrar, seja na produção dos dados de pesquisa, seja na escrita do relatório final do estudo. Nesse sentido, o autor e a autora afirmam que "podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece" (Passos; Barros, 2015b, p. 151). Isso significa entender a noção de política a partir de uma perspectiva micropolítica, sendo necessário ter em vista as posições implicadas na produção de conhecimento e as distintas maneiras de recortar e organizar os dados produzidos no processo de estudo.

Como pista, Passos e Barros (2015b) localizam duas variações de procedimentos narrativos, a redundância e a desmontagem. Por um lado, modos de dizer pautados pela redundância são aqueles que operam por uma linearidade causal, a qual é unificada pela identidade de um sujeito. Nesse caso, o procedimento narrativo implica uma organização do fenômeno a partir do que aparece como recorrência. Com isso, a unidade e a identidade são reforçadas, havendo uma repetição do mesmo que é responsável por estabelecer um sentido estável e reafirmar um padrão social. Ou seja, o fenômeno investigado é rebatido sobre um padrão de fundo, sendo tratado como um caso que vem a confirmar esse padrão. Por esse caminho, o fundo é compreendido a partir de um conjunto de regras culturais gerais que são predeterminadas, tomando como base o que já é conhecido para determinar o fenômeno estudado e identificar suas características formais.

De certo modo, esse procedimento da redundância está implicado no modelo padrão dos textos acadêmicos. Pois, conforme já sugerido, esse formato pressupõe a centralidade da pesquisa no pesquisador-autor, o qual tem como prática a busca pelo que aparece com maior frequência no fenômeno estudado. Nesse caso, o objetivo da investigação é produzir explicações por meio de definições estáveis, excluindo-se os aspectos dissonantes. Nesse sentido, o processo de escrita do relatório final tende a desconsiderar os caminhos que não deram certo, os erros, as linhas que ficaram soltas. Portanto, é através desse procedimento da redundância que o fenômeno acaba por ser enquadrado em modelos prontos, sendo definido como unidade homogênea que vem a confirmar os códigos e coordenadas culturais e sociais estabelecidos.

Por outro lado, Benevides e Barros (2015b) apresentam o procedimento da desmontagem como outra política de narratividade, a qual parte de um fenômeno procurando tornar explícitas as multiplicidades das relações que o compõem e os processos de transformação aí implicados. Desse modo, a desmontagem envolve a desestabilização das formas de organização do fenômeno e a percepção das forças que passam por entre essas formas, produzindo-as como efeito. Nas palavras do autor e da autora,

> *O procedimento narrativo da desmontagem das formas permite, em suas bordas, atiçar o que lá insiste/resiste como força de criação [...] No limite das formas algo vibra e contagia. Essa vibração, esse contágio cria uma ativação intensiva que permite tender (ir em direção a) /estender os limites do caso (Passos; Barros, 2015b, p. 164).*

Ou seja, ao invés de reduzir as intensidades aos sentidos estáveis, trata-se de localizar as tensões que fazem proliferar as diferenças nos limites formais de um fenômeno. Portanto, no lugar de se reafirmar as organizações já dadas, através da desmontagem, busca-se intensificar as linhas de fuga e os devires capazes de abrir o fenômeno para o novo, compondo outros territórios possíveis.

Por essa via, além de uma percepção apurada para apreender o que fulgura como intensidade em meio ao que mais se repete num fenômeno, também é preciso considerar o modo como essas características serão trabalhadas na escrita. Nesse sentido, compreendemos que o processo de se abrir um fenômeno e fazer proliferar as diferenças decorrentes de conexões imprevistas é algo que acontece não só nas relações em campo, mas durante todo o processo de escrita. Isso quer dizer que, para efetuar e intensificar o procedimento de desmontagem na escrita, é preciso considerar o formato do texto como parte das escolhas metodológicas, assim como sugerem Barbosa (2022) e Silveira (2022). Aqui, a escrita se mostra como parte da composição do fenômeno, portanto, ela assume uma função criadora em vez de permanecer mascarada sob uma forma de transmissão supostamente neutra.

Entre os operadores do procedimento de desmontagem, Passos e Barros (2015a, 2015b) situam a transversalidade, a qual, conforme abordado na seção anterior, trata do grau de abertura comunicacional em determinado fenômeno. Quando Guattari (1981) propõe que se trace a linha transversal entre as diferentes categorias formais envolvidas na organização de um fenômeno, ele está procurando um modo de desestabilizar o sistema instituído, dando abertura para que se manifestem transformações. Ou seja, trata-se de ampliar as relações comunicantes estabelecidas entre as diferenças, criando condições de possibilidade para a produção de novas conexões das quais decorram os devires minoritários. É por isso que a transversalidade aparece como operador da desmontagem, a qual, ao invés de reforçar os sentidos estáveis em torno de um fenômeno, busca abri-lo por meio da proliferação das diferenças.

Em relação a isso, Passos e Barros (2015b, p. 157, grifo nosso) afirmam:

> *O método, portanto, propõe uma ação sobre 'o caso',* ***abrindo-lhe o coeficiente de transversalidade para comunicações extracódigo, fechando-lhe para as ameaças dos significantes sociais operadores de sobrecodificações.*** *Agir sobre os coeficientes de transversalidade dos casos, eis a indicação metodológica.*

Dito de outro modo, a abertura comunicacional potencializada pela transversalidade envolve dar passagem para as intensidades que fazem transbordar os códigos territorializados. Os encontros estabelecidos entre essas intensidades desencadeiam relações comunicantes imprevistas que arrastam os códigos num movimento de desterritorialização, processo que também pode ser entendido como comunicação transversal[4].

Cabe ainda sublinhar que as desterritorializações acontecem junto com reterritorializações, o que promove a continuidade do movimento. Contudo, sempre existe a possibilidade de que o movimento seja interrompido por sobrecodificações (Deleuze; Guattari, 2012a, 2012b; Grupo de Pesquisa em Semiótica..., 2020). Em outros termos, os sistemas de códigos vigentes são capazes de conter as desestabilizações ao fixar as diferenças dentro das categorias existentes, ou, até mesmo, em novas categorias que surgem para enquadrar as transgressões. Portanto, o trabalho de traçar a transversal é permanente, sendo necessário exercer modos de narrar que acolham as transformações e os estranhamentos promovidos pelo que ainda não é conhecido.

Ao sugerir que existem diferentes perspectivas implicadas em um fenômeno, Passos e Eirado (2015) debatem a pista cartográfica da dissolução do ponto de vista do observador, a qual irá irradiar também sobre o processo de escrita. Os autores afirmam que a indicação metodológica operacionalizada pela transversalidade é a de "dissolver a centralidade do sujeito (pessoa)" (Passos; Eirado, 2015, p. 128) e, junto com essa dissolução, deslocar o ponto de vista do observador proprietário que é demarcado pelo ideal positivista como sendo neutro e objetivo. Compreendemos a rigidez dessa posição como o olhar de um pesquisador desencarnado, incapaz de reconhecer que a investigação se faz na relação entre os diferentes corpos aí envolvidos, incluindo, evidentemente, o corpo do/a pesquisador/a.

Considerando que o ponto de vista proprietário é calcado na referência a si, fixado num olhar pessoalizado e supostamente neutro, Passos e Eirado (2015) sugerem que existe aí um baixo grau de abertura comunicacional, logo, um baixo potencial de transversalidade. Já os pontos de vista não proprietários são aqueles que fazem referência ao coletivo, havendo maior abertura comunicacional, portanto, maior efetuação da transversalidade. Além desses, os pesquisadores também sugerem a existência de uma experiência sem ponto de vista, a qual seria composta pelas próprias variações de perspectivas envolvidas num fenômeno, sem que um ou outro seja aderido como definitivo. Nas palavras dos autores,

> *A transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Trata-se de uma utopia que, como diretriz, permite a variabilidade dos pontos de vista mais do que uma experiência sem ponto de vista que parece distante da prática factual da pesquisa. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição (Passos; Eirado, 2015, p. 116).*

[4] Essa noção de "comunicação transversal" aparece explicitamente em *Mil platôs* (Deleuze; Guattari, 2011, p. 28, vol. I). Em relação a isso, André Araújo (2020) investiga os modos como o conceito de comunicação é apropriado pelo filósofo francês Gilles Deleuze. Entre 1980 e 1990, o pesquisador encontra nos trabalhos de Deleuze uma crítica à comunicação representacional – também chamada de comunicação maior, a qual é pautada pela transmissão de mensagens de um emissor para um receptor tendo como base a manutenção de um consenso em torno do que é dito. Já entre os trabalhos de 1960 e 1970, Araújo defende que a comunicação em Deleuze aparece numa perspectiva ontológica, tratando-se das relações entre elementos heterogêneos que decorrem do plano molecular. Nessa segunda perspectiva, a comunicação é situada como um processo inventivo que dá consistência às relações entre séries previamente não comunicantes, a partir do que as próprias formas molares são estabelecidas como efeito. Em seu rastreio pelas investigações de Deleuze, Araújo (2020) sugere diferentes formas para tratar desse segundo modo de compreender a comunicação –"comunicação das diferenças", "comunicação aberrante", "comunicação transversal", "comunicação menor", as quais embora tenham suas especificidades, apresentam uma mesma lógica de funcionamento.

Nesse cenário, Passos e Eirado (2015) indicam que um processo de escrita movido pela transversalidade envolve, necessariamente, o deslocamento do olhar reduzido a si mesmo e, com isso, da centralidade do sujeito pesquisador no processo de pesquisa. O direcionamento ao coletivo é apontado como um caminho para gerar esse deslocamento. Ao mencionar o acesso à experiência sem ponto de vista, os autores o demarcam como uma utopia que teria mais relação com acompanhar as variações de pontos de vista implicados em um fenômeno do que com um olhar puro e objetivo. Acreditamos ser mais produtivo ler essa proposta de alcançar as variabilidades de olhares como uma utopia ativa a ser efetuada através de experimentações em campo e, também, de escrita. O que se abole nesse caso não são os pontos de vista em si, mas a posição do pesquisador com um olhar proprietário, o qual seria responsável por enquadrar os fenômenos em modelos teóricos já dados.

Portanto, uma comunicação transversal teria entre seus princípios uma análise e escrita dos fenômenos que levem em conta os múltiplos pontos de vista neles implicados, sem tomar um ou outro como mais legítimo. Tanto o percurso em campo quanto as escolhas escriturais exigem que o/a pesquisador/a seja afetado/a pelo contexto no qual está inserido/a, permitindo-se também transformar-se ao longo do processo. Nessa via, pela perspectiva da transversalidade, tanto os encontros que acontecem ao longo do processo de pesquisa, quanto os modos de escrita, envolvem questões propriamente comunicacionais. Assim sendo, vamos ao encontro das argumentações de Barbosa (2022) e Silveira (2022) quando afirmam que esses aspectos precisam ser considerados como parte integrante do método da pesquisa.

4 A escrita é uma questão de devir: considerações finais

> *"Escrever é tornar-se, mas não é de modo algum tornar-se escritor. É tornar-se outra coisa" (Deleuze e Claire Parnet)*

A partir do que foi discutido até aqui, cabe enfatizar que nosso objetivo não foi propor um novo formato de escrita acadêmica. Pretendemos, isto sim, tensionar os modos como os textos científicos têm sido apresentados hegemonicamente e as inúmeras resistências a pesquisadores/as que buscam outros percursos. A abertura que estamos debatendo não tem a ver com falta de rigor ou com um "vale-tudo" metodológico, mas tem a ver com um esforço de reterritorialização do pensamento e do fazer acadêmico que permita a possibilidade de uma escritura reflexiva, inventiva e que relate com mais autenticidade os processos investigativos. Isso implica na produção de um território aberto em que seja possível a manifestação de diversas vozes e pontos de vista não proprietários.

É significativo, também, colocar em relevo a noção de comunicação que aparece junto ao conceito de transversalidade desde sua proposição inicial feita por Guattari em 1964. Vale destacar que nas variações do conceito de transversalidade há um deslocamento tanto do paradigma intersubjetivo da comunicação quanto do paradigma transmissivo da informação. Junto a esses deslocamentos a problematização da escrita científica emerge à superfície como urgência. Com o descentramento do sujeito da enunciação, dá-se ênfase para o processo coletivo de enunciação em si. Por essa via, já não é possível considerar o sujeito pesquisador-autor como uma unidade homogênea que tem controle absoluto sobre o processo. Assim, a pesquisa mostra-se como um emaranhado de enunciações coletivas, sendo o/a pesquisador/a um dos elementos implicados nesse agenciamento. Além disso, a problematização posta pela transversalidade para a comunicação sem ruídos, promovida pelo modelo transmissivo da informação, também envolve o questionamento do próprio formato acadêmico que se propõe neutro e objetivo.

Em relação a isso, consideramos que as variações de políticas de narratividade (Passos; Barros, 2015b) demonstram distintos procedimentos narrativos, nos quais existem variações em termos de produção comunicante (diretamente relacionada com o grau de efetuação da transversalidade). Entendemos que o procedimento de desmontagem contribui para a produção da narrativa ao dar vazão às intensidades capazes de transgredir os sistemas de coordenadas vigentes, tanto no olhar apurado em relação às intensidades de um fenômeno quanto na forma de fazer essas intensidades proliferarem por meio da escrita do relatório final. Nisso, há um movimento que tende a um máximo de abertura comunicacional, efetuando-se maior grau de transversalidade.

A partir da desmontagem, a lógica escritural na Comunicação se articula ao paradigma da comunicação transversal, no qual a escrita aparece como uma questão de devir. Isso quer dizer que, em lugar de tratar a escritura de forma acrítica, ou seja, como mero instrumento de transmissão de um conteúdo do autor para o leitor, ela passa a ser considerada como parte do processo metodológico já que tais escolhas produzem efeitos diretos na composição do fenômeno estudado. Nesse sentido, parafraseamos Deleuze e Parnet (1998) e sugerimos que um/a pesquisador/a escreve não apenas para tornar-se cientista, mas para tornar-se outra coisa, num movimento de abertura ao imprevisto. Por meio da desmontagem, tanto o fenômeno investigado quanto o/a pesquisador/a se transformam, indo para além de si mesmos e, para que isso aconteça, são necessárias tanto a desterritorialização do modelo padrão dos textos acadêmicos quanto a experimentação de outras formas escriturais.

Com base nas discussões realizadas, encontramos na comunicação transversal bases de sustentação para o desenvolvimento de escritas experimentais a serem desenvolvidas em outras oportunidades. Além disso, como desdobramento do presente estudo faz-se necessária uma investigação de estado da arte interessada em localizar as linhas de fuga expressas em experimentações de escrita realizadas no campo da Comunicação.

Referências

ARAÚJO, A. C. S. *Deleuze e o problema da Comunicação*. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BARBOSA, Marialva. Um método, uma história e uma escrita: confluências reflexivas. *In*: WOTTRICH, Laura; ROSÁRIO, Nísia Martins do (org.). *Experiências metodológicas na educação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 205-225. DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95514.09

BONIN, J. A. Delineamentos para pensar a metodologia como práxis na pesquisa em comunicação. *Rastros*, 11, p. 9-21, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Vol. I. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Vol. IV. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Vol. V. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, G; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FEYERABEND, P. K. *Contra o método*. São Paulo; Unesp, 2007.

GRUPO DE PESQUISA EM SEMIÓTICA E CULTURAS DA COMUNICAÇÃO (GPESC). *Semiótica crítica e as materialidades da comunicação*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

GUATTARI, F. *Líneas de fuga*: por otro mundo de posibles. Buenos Aires: Cactus, 2013.

GUATTARI, F. *Revolução molecular*: Pulsações Políticas do Desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: E. PASSOS; V. KASTRUP; L. ESCÓSSIA (org.), *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015a. p. 17-31.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Por uma política da narratividade. *In*: E. PASSOS; V. KASTRUP; L. ESCÓSSIA (org.), *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015b. p. 150-171.

PASSOS, E; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In*: E. PASSOS; V. KASTRUP; L. ESCÓSSIA (org.), *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 109-130.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método cartográfico*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ROSÁRIO, Nísia Martins. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. *In*: MOURA, Carlos; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). *Pesquisa em comunicação*: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 175-194.

ROSÁRIO, N. M.; CORUJA, P.; SEGABINAZZI, T. Um panorama da cartografia no Brasil: uma investigação a partir das teses e dissertações da Comunicação entre 2010 e 2017. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 44, p. 69-88, 2021.

SILVEIRA, F. Luz artificial: questões de autoria e escritura na pesquisa em Comunicação. 2022. *In*: Encontro Anual da COMPÓS, XXXI, São Luiz do Maranhão, 2022. *Anais...* Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. 1:1–17.

SODRÉ, M. *A ciência do comum*. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

Artigo submetido em 20/04/2023
Aceito em 04/10/2023